

AUGE E DECLÍNIO DOS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO: DA ERA LULISTA À POLÍTICA ECONÔMICA DA “PONTE PARA O FUTURO”

*Fernando Augusto Mansor de Mattos*³

*João Hallak Neto*⁴

*Flaviana Candido Oliveira*⁵

*Danielle Carusi Machado*⁶

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os resultados dos principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro, nas décadas de 2000 e 2010. Na primeira seção, são apresentadas as principais transformações ocorridas no mercado de trabalho no período Lula e nos três primeiros anos do governo de Dilma Rousseff. Na segunda seção, discute-se o papel que algumas políticas públicas tiveram para a inclusão social e a melhoria da distribuição de renda ocorrida até o ano de 2015. Na terceira seção, o artigo exibe resultados de alguns indicadores de emprego e de desemprego referentes ao período do presidente empossado, Michel Temer. Nas conclusões, são mencionados os efeitos social e economicamente nocivos do receituário antipopular, ultraliberal e carente de legitimidade política implementado pelo governo Temer.

Palavras-chave: Mercado de trabalho brasileiro; Políticas públicas; Distribuição de renda; Crise econômica.

PEEK AND DECLINE OF THE BRAZILIAN LABOR MARKET INDICATORS: FROM LULA’S ERA TO THE “PONTE PARA O FUTURO” ECONOMIC POLICY

Abstract: The aim of this paper is to analyze the results of the main indicators of the Brazilian labor market in the 2000s and 2010s. In the first section, the main transformations occurred in the labor market during the Lula period and also in the first three years of Dilma Rousseff’s mandate are presented. In the second section, the paper discusses the role that some public policies have played in social inclusion and in the improvement of income distribution up to 2015. In the third section, the results of some indicators of employment and unemployment related to period since the swearing-in of president Michel Temer (who replaced the ousted president Dilma Rousseff) are

³ Professor/pesquisador no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), câmpus do Gragoatá (Niterói – RJ); Pesquisador-visitante no ILAS (Institute of Latin American Studies), na Universidade de Columbia, nos EUA, entre julho de 2017 e junho de 2018. E-mail: fermatt1@hotmail.com

⁴ Doutor em Economia pelo IE da UFRJ e pesquisador-sênior do IBGE. E-mail: joao.hallak@gmail.com

⁵ Economista e Mestre em Economia pela UFF. E-mail: flaviana_can@hotmail.com

⁶ Professora/pesquisadora no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), câmpus do Gragoatá (Niterói – RJ). E-mail: daniellearusi@vm.uff.br

presented. In the conclusions, the social and economically harmful effects of the antipopular, ultraconservative and politically unlawful prescription implemented by the Temer government are mentioned.

Keywords: Brazilian labor market; Public policy; Income distribution; Economic crisis.

1. INTRODUÇÃO

O mercado de trabalho brasileiro passou por importantes transformações nos anos 2000. A partir de 2004, a geração de empregos formais tomou grande impulso, de tal maneira que, nos dois mandatos do presidente Lula, foram gerados quase 11 milhões de postos de trabalho com carteira assinada, ao mesmo tempo em que a taxa de desemprego diminuía velozmente e o perfil de distribuição de renda do trabalho mostrava melhoria contínua.

No primeiro mandato de Dilma Rousseff, o cenário externo mudou e a política econômica adotada mostrou incapacidade de promover crescimento da atividade industrial e de estimular os investimentos do setor privado. De todo modo, os principais indicadores de mercado de trabalho ainda mantiveram uma trajetória positiva, embora já demonstrando desaceleração em relação às mudanças ocorridas nos anos de Lula.

A partir do final de 2014, porém, instala-se uma crise política no Brasil, que levaria, sucessivamente, à deposição da presidente reeleita, à posse de Michel Temer e à consequente adoção de uma agenda de aceleradas mudanças nas políticas sociais e na regulação do mercado de trabalho⁷, em favor de uma redução de direitos sociais e trabalhistas e sob o argumento de que tais medidas levariam à recuperação do emprego e da renda dos brasileiros.

Este alegado objetivo, porém – anunciado no documento intitulado “Ponte para o Futuro”, que delineava as diretrizes da política econômica do período Temer -, claramente fracassou, se for interpretado pelos indicadores de geração de postos de trabalho e de taxa de desemprego, conforme pretendemos mostrar neste artigo, que, para além desta breve introdução, é composto por outras três seções. Na segunda seção pretendemos descrever, em linhas sumárias, as principais transformações ocorridas no mercado de trabalho no período Lula e também nos três primeiros anos do governo de Dilma Rousseff. A terceira seção ressalta o papel de algumas políticas públicas na

⁷ Para um sumário detalhado das “reformas” das leis trabalhistas impostas pelo governo Temer, ver: Mattos (2016).

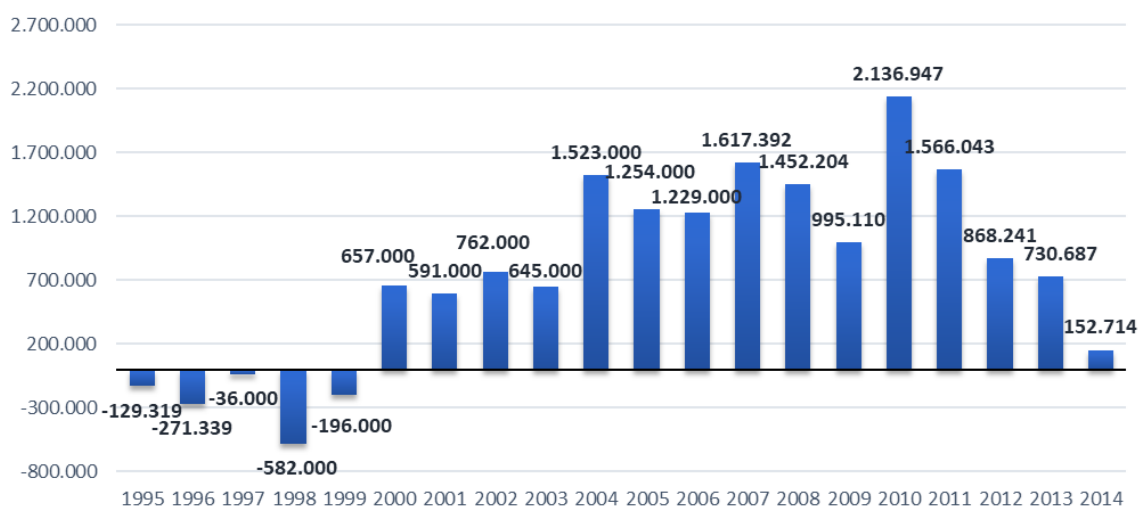
inclusão social e na melhoria dos indicadores de renda ocorridos até 2015. Nesta seção, serão destacados alguns aspectos regionais que julgamos serem importantes para ilustrar as transformações sociais e econômicas ocorridas no período. Na quarta seção, mostramos alguns indicadores de emprego e de desemprego que estão disponíveis até o momento. Nesta seção, ficam evidentes que os objetivos alegados pela nova administração da economia não tiveram êxito, revelando as dificuldades de um receituário antipopular, ultraliberal e de nenhuma legitimidade política, como o que foi colocado em prática pelo mencionado documento intitulado “Ponte para o Futuro”. Nas conclusões, são feitos breves comentários acerca da incompatibilidade das “reformas” feitas pelo presidente Temer com a geração de empregos e renda para a população brasileira, destacando, especialmente, a falácia das tais “reformas” trabalhistas em termos de sua capacidade de geração de emprego e redução da taxa de desemprego.

2. AUGES DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Nos anos iniciais do século XXI, o mercado de trabalho brasileiro revelou importantes avanços, tanto em termos de geração de postos de trabalho como em termos de renda e de sua distribuição. A progressiva formalização do mercado de trabalho reverteu duas décadas de redução da proporção de trabalhadores que se inseriam no espaço ocupacional sem acesso a Direitos Trabalhistas, Sociais e Previdenciários. Da mesma forma, o período 2003-2014 caracterizou-se pelo crescimento da renda real do trabalho, quer seja medida por pessoa ocupada ou pela renda domiciliar média per capita. Até mesmo o perfil distributivo, que parecia estar condenado a uma eterna deterioração, tanto do ponto de vista da distribuição funcional da renda, como também segundo a ótica da distribuição da renda do trabalho, mostrou sinais de melhoria no período assinalado⁸.

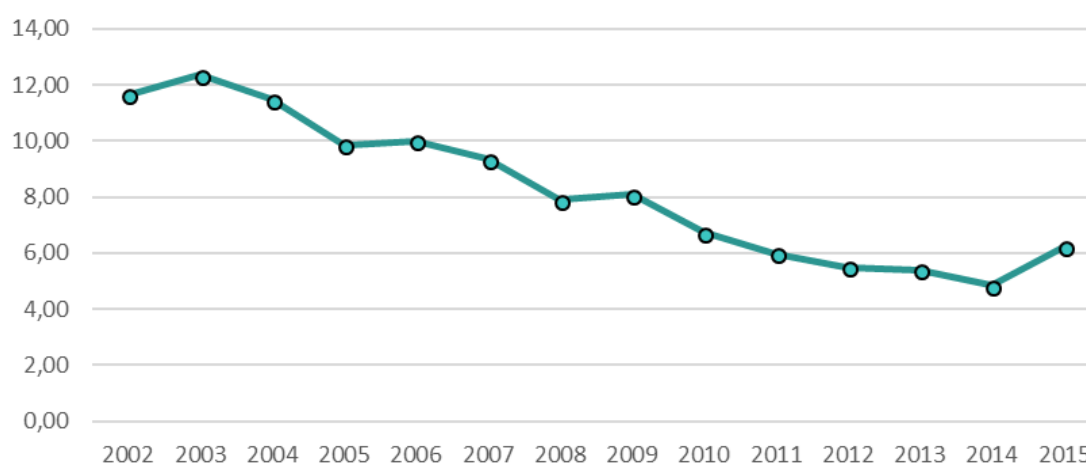
A Figura 1 mostra a trajetória de geração de postos formais de trabalho desde o final do século XX até o ano de 2014:

⁸ Para análises teóricas e dados empíricos sobre a distribuição funcional da renda, ver: Hallak Neto (2013); Hallak Neto e Saboia (2014). Estes dois estudos podem ser complementados pelos trabalhos de Mattos (2005; 2017). Mattos (2005) apresenta uma análise teórico/histórica da relação entre distribuição pessoal e distribuição funcional da renda no Brasil (questões teóricas), enquanto Mattos (2017) apresenta uma descrição e avaliação de como o tema foi tratado no debate econômico brasileiro ao longo do processo de desenvolvimento econômico, tomando um período que se inicia no final do século XIX e que se encerra no período lulista.

Figura 1 – Geração líquida de postos formais de trabalho no Brasil (1995-2014)

Fonte: CAGED; Elaboração própria.

Concomitantemente, a taxa de desemprego diminuiu, no mesmo período, conforme ilustram as informações da Figura 2, a qual também já mostra que, a partir de 2015, esse processo começa a se reverter (tema da próxima seção).

Figura 2 – Taxa média anual de desemprego no Brasil (2002-2015)

Fonte: PME/IBGE; Elaboração própria.

A Tabela 1 utiliza dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar) para ilustrar a evolução dos principais indicadores do mercado de trabalho brasileiro entre 2002 e 2013. A forma pela qual os dados estão organizados revelam redução da informalidade do mercado de trabalho brasileiro no referido período, quando foram criados cerca de 17 milhões de ocupações, ou 1,5 milhão de ocupações por ano, em média, para o conjunto do país. Nesse mesmo período, a PEA (População Economicamente Ativa) cresceu em 15,6 milhões de pessoas.

Esse crescimento da ocupação acima do crescimento da PEA explica parte da redução significativa do número de desempregados e da taxa de desemprego no período. O vigor da geração de ocupações foi mais expressivo entre 2004 e 2008, justamente quando foi também mais intenso o crescimento do PIB. Nesse intervalo de tempo, houve rápida redução do desemprego, que era ainda relativamente alto em 2004. Os dados permitem concluir que a redução do desemprego ocorrida entre 2004 e 2008⁹ representou cerca de 17% do total de postos de trabalho criados no período, sendo que os outros 83% resultaram de absorção de pessoas oriundas da expansão da PEA. Tomando-se o período 2008-2013, porém, que se inicia com uma taxa de desemprego inferior ao início do período anterior, a contribuição da expansão da PEA para o total de postos de trabalho criados saltou para 92%, contra apenas 8% da contribuição da redução do desemprego, em termos líquidos, entre os dois anos extremos do aludido período.

Mais do que apenas tratar da expansão da ocupação, deve-se salientar que houve um processo de expressivo aumento da formalização das relações de trabalho¹⁰, medida, no caso dos indicadores da Tabela 1, como a somatória entre emprego assalariado com carteira assinada com os funcionários estatutários do setor público e os empregadores¹¹. O indicador de formalização do mercado de trabalho assim medido saltou de 39,9% do conjunto dos ocupados em 2002 para 51,0% em 2013, revertendo um processo quase contínuo de expansão da informalidade que vinha ocorrendo desde o início dos anos 1980, perdurando por todos os anos 1990.

Desta maneira, pode-se concluir que o crescimento da economia, ao lado da expansão das políticas públicas, entre as quais se inclui a valorização real expressiva do salário mínimo, e o próprio aquecimento do mercado interno, potencializado pela expansão da massa salarial e pela trajetória de redução da taxa de desemprego, tornaram

⁹ Conforme nota Baltar (2015), este foi o período de maior crescimento desde que se iniciou o processo de abertura da economia brasileira.

¹⁰ A formalização do mercado de trabalho significa que uma proporção maior dos ocupados encontra-se protegido pela legislação trabalhista, social e previdenciária brasileira e revela um processo de estruturação do mercado de trabalho, o que, por sua vez, pode criar um círculo virtuoso por meio do qual o aumento da formalização foi resultado do crescimento da economia e de ações do Estado em favor do cumprimento da legislação e também no sentido de ampliar políticas públicas, como por exemplo a expansão do crédito consignado, que não somente ampliou o consumo, como incentivou a formalização das relações de trabalho. Ambos, crescimento e formalização mutuamente se fortalecem, uma vez que se torna mais estável a demanda dos trabalhadores por bens e serviços, e conseqüentemente a produção e o emprego.

¹¹ Existem situações de assalariamento com carteira assinada no emprego doméstico, mas optou-se por considerar aqui todo o emprego doméstico como pertencente ao setor informal da economia, dada a sua peculiaridade em termos de inserção no mercado de trabalho.

possível reverter o processo de informalização das relações de trabalho que vinha ocorrendo desde o início dos anos 1980 e que haviam marcado as duas últimas décadas do século XX¹².

Tabela 1 – Indicadores selecionados do mercado de trabalho, Brasil, em números absolutos (em milhões), ou dados em percentual, quando especificado (2002-2013)

Indicadores/Ano	2002	2004	2005	2007	2008	2009	2012	2013	Dif. (*)
PIA (1)	143,122	150,846	153,722	157,777	160,514	164,640	171,032	173,132	30,010
PEA (2)	87,750	93,563	96,682	97,875	99,478	102,281	102,460	103,401	15,651
Ocupados (3)	79,709	85,246	87,695	89,928	92,402	93,784	96,098	96,659	16,950
Desocupados	8,041	8,317	8,987	7,947	7,076	8,497	6,363	6,742	-1,299
Taxa de desemprego (em %)	9,16	8,89	9,30	8,12	7,11	8,31	6,21	6,52	-2,64
Total de Empregados	43,233	46,969	48,209	51,431	54,103	54,914	59,401	59,901	16,668
Empregados com registro em carteira	23,367	25,800	27,126	29,735	31,834	32,743	37,780	38,513	15,146
Militares e funcionários públicos estatutários (**)	5,092	5,605	5,516	6,131	6,409	6,697	7,070	7,138	2,046
Empregados sem registro em carteira	14,775	15,563	15,567	15,565	15,860	15,475	14,552	14,250	-0,525
Trabalhadores domésticos	6,174	6,515	6,694	6,652	6,612	7,295	6,511	6,474	0,300
Trabalhadores por conta-própria	17,747	18,740	18,980	19,064	18,719	19,209	19,832	19,924	2,177
Trabalhadores para o próprio consumo	3,306	3,536	4,078	4,058	4,176	3,936	3,822	4,342	1,036
Empregadores	3,380	3,500	3,705	3,368	4,145	4,035	3,620	3,623	0,243
Não-remunerados	5,868	5,986	6,030	5,355	4,648	4,395	2,912	2,395	-3,473
PARTICIPAÇÃO DA OCUPAÇÃO FORMAL (em %) (***)	39,9	40,9	41,4	43,6	45,9	46,4	50,4	51,0	11,03
PARTICIPAÇÃO DA OCUPAÇÃO PRECÁRIA (em %) (****)	60,1	59,1	58,6	56,4	54,1	53,6	49,6	49,0	-11,03

Fonte: PNAD/IBGE; Elaboração própria.

Nota 1: População com 10 ou mais anos de idade;

Nota 2: População com 10 ou mais anos de idade e economicamente ativa;

Nota 3: Trabalhadores ocupados na semana de referência,

(*) Diferença, em números absolutos, entre 2013 e 2002. Nos casos da taxa de desemprego e dos índices de formalização, dados em pontos percentuais.

(**) Não inclui celetistas que trabalham no setor público.

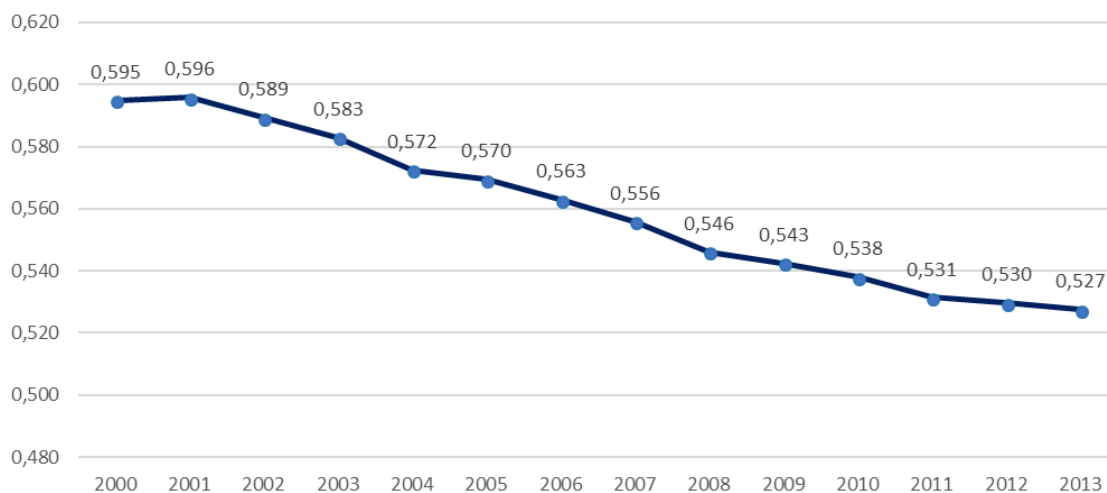
(***) Inclui trabalhadores com carteira assinada, militares e funcionários públicos estatutários e empregadores.

(****) Inclui todas as demais formas de ocupação, não mencionadas acima.

¹² A queda da participação relativa do emprego doméstico, bem como a queda em números absolutos do total de ocupados sem rendimentos devem ser interpretadas também como fenômenos positivos das transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro no período em questão. No caso dos não-remunerados, boa parte da explicação encontra-se na redução – que vem de longo tempo – da participação relativa das atividades agrícolas (onde esta forma de inserção ocupacional é mais comum do que em outras atividades) na estrutura produtiva da economia. Mas este fenômeno se deve também aos efeitos de programas sociais, como o Bolsa Família, que retira jovens em condições de emprego precárias do mercado de trabalho. Dados recentes e vários estudos mostram que, nos últimos anos, a taxa de participação de jovens no mercado de trabalho brasileiro vem diminuindo significativamente (ver, por exemplo, Baltar et al., 2010), também devido a fatores demográficos (vamos tratar desse aspecto na próxima seção deste artigo).

Ao mesmo tempo em que ocorriam estas transformações dos principais indicadores de mercado de trabalho, a desigualdade da renda do trabalho também diminuía recorrentemente, ano a ano, no período, conforme mostram os Indicadores de índice de Gini da Figura 3:

Figura 3 – Evolução do índice de Gini, Brasil (2000-2013)



Fonte: IPEADATA; Elaboração própria.

Na próxima seção, pretendemos fazer uma análise mais detida acerca das transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro nos anos mencionados.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E INDICADORES DE RENDA

As mudanças positivas ocorridas no mercado de trabalho no período mencionado, bem como sua posterior deterioração, tiveram impactos regionais que não podem ser ignorados e que, analisados, ajudam a compreender o cenário de transformações do mundo do trabalho no período em tela.

Não se pretende aqui fazer uma análise exaustiva das políticas sociais adotadas durante os mandatos dos Presidentes Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), mas apenas ilustrar alguns aspectos importantes das mesmas, notadamente no que tange aos seus impactos sobre os indicadores de renda e de ocupação.

Um elemento importante que tem impacto na oferta da mão de obra refere-se à política de expansão do ensino superior.

Estudos como os de Barros (2015) e de Vieira (2017) discutem as políticas direcionadas para a expansão e democratização do ensino superior no Brasil no século XXI, período em que se presencia no país uma ampliação significativa do número de

instituições de ensino superior e de matrículas em cursos de graduações presenciais. Esse contexto assume característica de desconcentração territorial, favorecendo de forma significativa as regiões Norte e Nordeste, regiões que apresentaram as maiores taxas de crescimento no número de matrículas e de novas instituições. Para esse processo de ampliação, Barros (2015) destaca o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (ReUni), os quais, juntamente com a política de cotas, permitiu ampliação do ensino com maior inclusão social.

Dados da Sinopse Estatística da Educação Superior, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação¹³, revelam o dinamismo da expansão do número de matrículas nos cursos de graduações presenciais e no número de instituições entre 2000 e 2015, na qual as regiões menos desenvolvidas elevam seus pesos de participação, com destaque para o Nordeste. No Brasil, o volume de matrículas salta de 2,7 milhões, em 2000, para 6,6 milhões, em 2015. Ou seja, teve seu número multiplicado 2,5 vezes. No Nordeste, o número de matrículas salta de 414 milhões, em 2000, para 1,433 milhões, em 2015, elevando seu peso no total nacional (passa de 15,4% para 21,6%), sendo a região que conseguiu o maior ganho de participação no período, seguido por todos os estados nordestinos.

Em relação ao número de instituições de ensino superior (IES), há uma ampliação de 100% no mesmo período nacionalmente, enquanto no Nordeste ocorre elevação de 190%, ao passar de um total de 157 instituições, em 2000, para 456, em 2015.

Esta expansão do acesso às universidades tem impacto importante na inserção dos jovens no mercado de trabalho, tanto porque os qualifica melhor para o futuro, quanto porque, notadamente enquanto houve expansão da renda familiar, pode retardar a entrada dos mesmos nos mercados de trabalho de todas as regiões do Brasil, reduzindo a taxa de participação no mercado de trabalho (relação PEA/PIA) e ampliando as condições favoráveis para a redução da taxa de desemprego.

Do ponto de vista da geração de renda, tiveram papel essencial o Programa Bolsa Família (PBF) e a ampliação do programa de Benefício de Prestação Continuada

¹³ Disponível em: <inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em 14 jan. 2018.

(BPC), que contaram com expressiva ampliação do volume de recursos e do número de beneficiários, sobretudo na região Nordeste. Os efeitos do BPC foram especialmente significativos pelo fato de que o valor real do salário mínimo, que serve como piso para os benefícios pagos, teve um crescimento expressivo no período¹⁴.

A Tabela 2 descreve a trajetória dessas duas políticas sociais para o Brasil e o Nordeste:

Tabela 2 – Brasil e Nordeste: Dinâmica das Políticas Sociais, beneficiários e volumes de recursos (em valores constantes de 2015, deflacionados pelo INPC), 2003 a 2015

Anos	Benefício da Prestação Continuada					Programa Bolsa Família				
	Brasil		Nordeste			Brasil		Nordeste		
	Recursos (R\$ milhões)	Benefícios (Mil benefícios)	Recursos (R\$ milhões)	% no total de recursos	Benefícios (Mil benefícios)	Recursos (R\$ milhões)	Famílias beneficiárias (mil famílias)	Recursos (R\$ milhões)	% no total de recursos	Famílias beneficiárias (mil famílias)
2003	9.066	1.701	3.469	38,3	647	--	--	--	--	--
2004	10.957	2.061	4.063	37,1	753	7.146	6.572	4.096	57,3	3.320
2005	13.497	2.277	4.891	36,2	822	10.210	8.700	5.352	52,4	4.246
2006	16.958	2.477	6.095	35,9	888	13.129	10.966	6.888	52,5	5.443
2007	19.161	2.681	6.868	35,8	960	14.876	11.043	7.857	52,8	5.574
2008	21.482	2.934	7.674	35,7	1.047	16.528	10.558	8.808	53,3	5.445
2009	25.234	3.167	8.994	35,6	1.130	18.642	12.371	9.826	52,7	6.208
2010	28.262	3.402	10.126	35,8	1.222	20.205	12.778	10.659	52,8	6.455
2011	30.288	3.595	10.898	36,0	1.296	23.011	13.361	11.917	51,8	6.826
2012	34.235	3.772	12.362	36,1	1.364	26.401	13.902	13.554	51,3	7.049
2013	37.133	3.964	13.439	36,2	1.435	29.423	14.086	15.309	52,0	7.034
2014	39.105	4.130	14.188	36,3	1.501	30.254	14.003	15.713	51,9	7.100
2015	39.646	4.243	14.407	36,3	1.541	27.650	13.937	14.347	51,9	6.936

Fonte: Ministério da Previdência Social e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Elaboração própria.

Nota: Programa Bolsa Família é criado em 2004¹⁵

Os gastos federais destinados ao BPC no país passaram de um volume de recursos de R\$ 9,1 bilhões em 2003 (valores constantes de 2015) para R\$ 39,6 bilhões em 2015. Ao longo dos 12 anos, os valores gastos com esses benefícios mais que quadruplicaram e o número de benefícios mais que duplicou para o conjunto do País. Neste contexto de ampliação da proteção social ao idoso e à pessoa portadora de

¹⁴ A título de ilustração, registre-se que o valor real do salário mínimo cresceu cerca de 67% entre 2004 e 2013.

¹⁵ O PBF foi criado pela Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto Nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

deficiência, o Nordeste se tornou o principal receptor, concentrando 38,3% dos recursos, em 2003, e mantendo-se um percentual próximo a este ao longo de todo o período.

O volume de benefícios na região passa de um total de 647 milhões, em 2003, para 1,541 bilhões, em 2015. A região Nordeste manteve a ampliação, tanto de volume de recursos quanto do número de benefícios, em patamares semelhantes ao registrado nacionalmente, mais que quadruplicando o primeiro e mais que duplicando o segundo. Vale ressaltar que o volume de recursos do BPC destinado ao Nordeste no ano de 2003 foi na ordem de 0,6% do PIB da região (relação entre os valores correntes). Já em 2015, passou a representar percentual de 1,7% do PIB da região.

Os dados do Bolsa Família, programa de transferência direta de renda, criado para beneficiar famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, também se encontram na Tabela 2¹⁶. Observa-se que ao longo do período, 50% das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família moravam no Nordeste e foram destinados mais de 50% do volume de recursos do programa para esta região. Em 2004, foram canalizados para a região 57,3% do total de recursos do PBF. Em 2015, o percentual continuou bastante elevado: 51,9%.

A comparação da trajetória deste programa, em termos de volume de recursos e de total de famílias beneficiadas, para o Brasil e Nordeste, expressa de forma mais acentuada a vulnerabilidade social na região Nordeste. Há uma maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica com o perfil de beneficiárias do programa. É nesta região que se concentra o maior número de famílias beneficiárias. O alcance ampliado do programa favoreceu, portanto, o combate à pobreza e à exclusão social, com evidentes efeitos regionais.

Cohn (2010), ao fazer um estudo sobre o potencial do PBF como política de Estado, enfatiza a importância de sua implementação em conjunto com outras políticas nacionais sociais, setoriais e de ampliação de renda, pois criou elementos para a superação da miséria. Com isso, a autora aponta que o programa de forma associada a outras políticas possibilitou articulação entre políticas de âmbito econômico e social. E,

¹⁶ Em 2015, para a concessão de benefícios do PBF, o MDS classificava como famílias extremamente pobres aquelas com rendimento mensal per capita de até R\$ 77,00 e as famílias em situação de pobreza aquelas que tinham como rendimento mensal per capita de até R\$ 154,00. Os valores atuais são, respectivamente, R\$ 85, 00 e R\$ 170,00. Disponível em: <mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios/beneficios>. Acesso em: 12 mai. 2018.

assim, proporcionou dinamismo às economias locais e a ampliação do mercado interno, gerando impactos positivos na economia e no mercado de trabalho.

Estas ações se revelam “como investimentos na própria economia, e não como mero gastos” (COHN, 2010, p. 227). Neste sentido, as políticas sociais não atuaram apenas na redução da pobreza absoluta de forma expressiva no Nordeste, mas contribuíram para incluir no mercado de consumo um contingente populacional antes excluído, estimulando o investimento local via geração de demanda por consumo.

Um aspecto pouco trabalhado acerca dos efeitos dessas e de outras políticas sociais pode ser medido pelo seu impacto sobre as taxas de participação e, conseqüentemente, sobre a taxa de desemprego. Olhando-se os dados de forma desagregada por faixa etária, estas questões ficam mais evidentes, como ocorre na Tabela 3. Esta tabela revela que, justamente na faixa etária dos mais jovens é que a taxa de participação mais decresceu no período. Os últimos dados disponíveis da PNAD vão até 2015, e permitem ilustrar esse aspecto importante do mercado de trabalho, com impactos favoráveis sobre a taxa de desemprego – notadamente entre os mais jovens. Pode-se perceber, comparando-se os dados de 2015 com os imediatamente anteriores, que a taxa de desemprego já começou a subir em 2013, sendo sua trajetória especialmente mais expressiva justamente entre os jovens¹⁷.

Tabela 3 – Evolução de indicadores do mercado de trabalho por faixa etária, Brasil (2004 a 2015)

INSERÇÃO NO MT	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
TODAS AS IDADES (16 anos de idade ou mais)											
PIA	130084	132852	135495	138035	141056	143404	148181	150551	153043	155719	158161
PEA	90599	93505	94976	96132	98227	99949	99706	100838	101906	105175	104205
PNEA	39474	39337	40519	41903	42829	43455	48476	49713	51137	50544	53957
PO	82676	84975	87112	88480	91382	91812	93165	94735	95407	98112	94395
PD	7923	8530	7864	7651	6845	8137	6541	6103	6499	7062	9810
Taxa de desocupação	8,7	9,1	8,3	8,0	7,0	8,1	6,6	6,1	6,4	6,7	9,4
Desemprego / PIA	6,1	6,4	5,8	5,5	4,9	5,7	4,4	4,1	4,2	4,5	6,2
Ocup /PIA	63,6	64,0	64,3	64,1	64,8	64,0	62,9	62,9	62,3	63,0	59,7
Tx. Participação (PEA/PIA)	69,6	70,4	70,1	69,6	69,6	69,7	67,3	67,0	66,6	67,5	65,9

¹⁷ A longa série da PNAD foi encerrada pelo IBGE em 2015 e substituída pela PNAD Contínua, pesquisa também de âmbito nacional, mas de periodicidade trimestral, que tem sua origem no ano de 2012.

Continuação Tabela 3:

INSERÇÃO NO MT	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
16 a 24 anos											
PIA	31528	31828	31373	30665	30427	30181	29883	29841	29794	29704	29439
PEA	21402	22041	21331	20781	20566	20321	19093	19010	18414	18903	18078
PNEA	10123	9783	10042	9884	9861	9859	10790	10831	11380	10802	11360
PO	17567	17833	17558	17331	17418	16739	16227	16279	15690	15767	13964
PD	3835	4208	3773	3451	3148	3582	2866	2732	2724	3136	4114
Taxa de desocupação	17,9	19,1	17,7	16,6	15,3	17,6	15,0	14,4	14,8	16,6	22,8
Desemprego / PIA	12,2	13,2	12,0	11,3	10,3	11,9	9,6	9,2	9,1	10,6	14,0
Ocup /PIA	55,7	56,0	56,0	56,5	57,2	55,5	54,3	54,6	52,7	53,1	47,4
Tx. Participação (PEA/PIA)	67,9	69,3	68,0	67,8	67,6	67,3	63,9	63,7	61,8	63,6	61,4
25 a 39 anos											
PIA	41997	42751	43519	44403	44791	45879	47014	47099	47406	47415	47314
PEA	34829	35783	36300	36971	37469	38654	38892	38864	39216	39584	39207
PNEA	7161	6964	7219	7432	7322	7224	8121	8235	8191	7830	8107
PO	32171	32976	33629	34238	35038	35664	36481	36665	36776	37080	35681
PD	2658	2807	2671	2733	2431	2990	2411	2199	2440	2505	3526
Taxa de desocupação	7,6	7,8	7,4	7,4	6,5	7,7	6,2	5,7	6,2	6,3	9,0
Desemprego / PIA	6,3	6,6	6,1	6,2	5,4	6,5	5,1	4,7	5,1	5,3	7,5
Ocup /PIA	76,6	77,1	77,3	77,1	78,2	77,7	77,6	77,8	77,6	78,2	75,4
Tx. Participação (PEA/PIA)	82,9	83,7	83,4	83,3	83,7	84,3	82,7	82,5	82,7	83,5	82,9
40 a 49 anos											
PIA	23110	23491	24057	24910	25657	25734	26579	26966	27203	27664	28144
PEA	18534	18921	19484	20179	20707	21040	21241	21718	21892	22457	22683
PNEA	4576	4569	4573	4731	4949	4695	5337	5248	5311	5207	5460
PO	17613	17979	18598	19246	19923	20091	20465	21006	21081	21615	21402
PD	921	943	886	933	784	949	776	712	811	842	1281
Taxa de desocupação	5,0	5,0	4,5	4,6	3,8	4,5	3,7	3,3	3,7	3,7	5,6
Desemprego / PIA	4,0	4,0	3,7	3,7	3,1	3,7	2,9	2,6	3,0	3,0	4,6
Ocup /PIA	76,2	76,5	77,3	77,3	77,7	78,1	77,0	77,9	77,5	78,1	76,0
Tx. Participação (PEA/PIA)	80,2	80,5	81,0	81,0	80,7	81,8	79,9	80,5	80,5	81,2	80,6
50 anos ou mais											
PIA	33448	34783	36546	38056	40181	41611	44707	46645	48639	50936	53264
PEA	15834	16759	17861	18201	19484	19934	20479	21246	22385	24231	24236
PNEA	17614	18021	18685	19856	20697	21677	24227	25399	26255	26705	29028
PO	15325	16187	17327	17666	19002	19318	19992	20786	21860	23651	23348
PD	509	572	534	535	482	616	487	460	525	580	888
Taxa de desocupação	3,2	3,4	3,0	2,9	2,5	3,1	2,4	2,2	2,3	2,4	3,7
Desemprego / PIA	1,5	1,6	1,5	1,4	1,2	1,5	1,1	1,0	1,1	1,1	1,7
Ocup /PIA	45,8	46,5	47,4	46,4	47,3	46,4	44,7	44,6	44,9	46,4	43,8
Tx. Participação (PEA/PIA)	47,3	48,2	48,9	47,8	48,5	47,9	45,8	45,5	46,0	47,6	45,5

Fonte: PNAD; Elaboração própria.

Nota: Populações em milhares e taxas em percentual.

As transformações ocorridas no mercado de trabalho, combinada com os efeitos das políticas sociais, impactaram na trajetória dos rendimentos do conjunto da economia. A Tabela 4 propõe uma forma original de interpretar os rendimentos pessoais, incluindo os rendimentos do trabalho e os rendimentos provenientes de outras fontes:

Tabela 4 – Participação na massa de renda total por tipo de renda, Brasil e Nordeste, anos selecionados

Pessoas com 10 anos ou mais com rendimento maior que zero								
Tipos de Renda	% Renda Total - Brasil				% Renda Total - Nordeste			
	2003	2007	2013	2015	2003	2007	2013	2015
Trabalho Principal	73,5	73,8	74,6	73,4	67,8	67,5	66,6	65,6
Todos os Trabalhos	76,5	76,8	77,0	75,4	72,1	71,2	70,0	68,2
Aposent. Pública	14,4	13,6	14,6	15,7	18,1	16,7	17,6	19,0
Outras Aposent.	0,4	0,4	0,3	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3
Pensão Pública	4,2	4,5	3,9	4,1	4,6	5,1	4,4	4,8
Outras Pensões	1,0	1,0	0,8	0,8	0,9	1,1	0,8	0,9
Doações	0,7	0,6	0,3	0,4	1,2	0,9	0,4	0,6
Permanência	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aluguel	1,8	1,5	1,2	1,1	1,1	0,9	1,1	0,9
Juros e outros	1,1	1,6	2,0	2,1	1,6	3,7	5,3	5,3
Renda Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD/ IBGE (2003-2015); Elaboração própria.

Nota 1: Apenas pessoas com 10 anos ou mais.

Nota 2: Apenas rendimentos positivos em cada rubrica.

Nota 3: Massa de renda = $\sum p_i \sum y_{ik}$, em que p_i é o peso amostral do indivíduo i e y_{ik} é a renda do indivíduo i no componente de renda k .

Nota 4: Valores reais deflacionados pelo INPC com setembro de 2015 = 100.

É importante ressaltar que as políticas sociais e de valorização do salário mínimo afetaram positivamente outras fontes de rendimento, além dos rendimentos do trabalho (rendimentos mais comumente analisados em estudos e séries históricas de perfil distributivo), tais como os rendimentos provenientes dos programas sociais e das aposentadorias e pensões públicas. Novamente, a comparação do que ocorreu no conjunto do país com o que ocorreu especificamente no Nordeste ajuda a compreender o alcance e a natureza das políticas sociais adotadas no período.

O objetivo da análise proposta é conhecermos o comportamento da participação relativa de cada categoria de renda na estrutura pessoal da renda neste período.

Conforme mencionado, as políticas de transferências de renda e de valorização do salário mínimo impactam as diferentes fontes de rendimentos. A influência da primeira recai sobre a evolução da categoria de rendimento pessoal “juros e outros” da PNAD. Nestas são registradas as rendas oriundas dos programas sociais de transferência de renda. A segunda, além de impactar na categoria “juros e outros” - via benefícios sociais como BPC e Renda Mínima Vitalícia, cuja remuneração é o salário mínimo – afetam também os rendimentos do trabalho e de aposentadorias e pensões. Logo, focalizar no comportamento dessas categorias de fontes de rendimentos que compõem a estrutura da renda do indivíduo é importante para visualizarmos a capacidade dessas políticas modificarem esta estrutura, no Nordeste e no Brasil. A análise da estrutura de rendimento para o período de 2003 a 2015 também visa o conhecimento dos ganhos reais alcançados pelas diferentes categorias de rendimentos pessoais.

Nesse sentido, a Tabela 4 apresenta a trajetória de participação das diferentes fontes de rendimento em relação à massa total de rendimento. No agregado nacional, constatamos que houve pouca mudança na evolução da estrutura de participação de cada categoria da renda. Disto pode-se interpretar que os ganhos de dinamismo do mercado de trabalho, das políticas sociais e de ampliação dos benefícios previdenciários seguiram trajetória de modo a não gerar grandes mudanças na estrutura pessoal da renda. O que significa que os ganhos reais dessas fontes de rendimentos ou trilharam trajetória semelhantes, ou, para aquelas categorias que registraram ampliação mais significativa, sua capacidade de alcançar maior participação na renda total foi limitada.

Já no caso do Nordeste, o comportamento destes indicadores difere da média nacional. Observa-se uma mudança da participação da renda da categoria “Juros e outros” na renda total. Esta categoria tinha participação de 1,6% na massa total de rendimento em 2003. Em 2013, essa participação foi para 5,3%, mantendo esse percentual em 2015. Como destaca Hoffmann (2013), as rendas de caráter progressivo, oriundas das políticas sociais que também compõem essa categoria de rendimento, ampliaram sua participação na renda total dessa variável a partir da primeira década de 2000. Assim, a literatura tem atribuído a ampliação da participação da fonte de rendimento “juros e outros” na renda total às políticas de transferências de renda. Por outro lado, é importante pontuar que embora as políticas sociais, em especial o programa Bolsa Família, produzam impactos positivos em todas as regiões, há uma especificidade deste efeito no Nordeste, onde há maior concentração de pessoas dentro

do perfil de beneficiário dessas políticas. Pelos dados extraídos do Ministério do desenvolvimento Social (MDS), pode-se afirmar que, no período de 2004 a 2015, cerca de 50% dos beneficiários do PBF eram residentes no Nordeste.

Outro aspecto que podemos observar pelos dados da Tabela 4 é que, dada a condição de atraso regional, em termos socioeconômicos e mercado de trabalho, a composição da estrutura de rendimento pessoal da região carrega característica um pouco distinta da estrutura observada para o conjunto do país. O rendimento do trabalho também é a principal fonte de rendimento dos agentes econômicos no Nordeste, mas a participação desta categoria de rendimento na renda total pessoal é menor de que a observada nacionalmente. As categorias de rendimentos com perfis de transferências preenchem espaços mais amplos no Nordeste, como a aposentadoria e pensão pública, assim como a categoria que agrega os rendimentos oriundos dos programas de transferência de renda. No Nordeste, houve redução da participação da renda da categoria trabalho e da aposentadoria pública na renda total pessoal, entre 2003 e 2013, enquanto a categoria de rendimento “juros e outros” registrou ampliação de participação na renda total pessoal (1,6%, em 2003, para 5,3%, em 2013). Nesse particular, pode se apontar a expressividade que ganhou os rendimentos oriundos do Programa Bolsa Família e BPC no Nordeste e que em grande medida explica o comportamento dessa variável na região, principalmente se considerarmos a estrutura de rendimento pessoal classificando os indivíduos segundo estrato de rendimento, como ocorre na Tabela 5, a seguir¹⁸.

Observando as estruturas de rendimento para os estratos dos 40% mais pobres em comparação a estrutura de rendimento do estrato dos 20% mais ricos (que possui maior probabilidade de auferir rendimentos de aplicações financeiras – juros, também incluídos na mesma variável da PNAD que registra os rendimentos oriundos de transferências sociais), a participação da fonte de renda “juros e outros” para o primeiro estrato se altera sobremaneira (Tabela 5).

¹⁸ Para dividir a população segundo estrato de rendimento foi utilizada como variável para gerar a separatriz a renda domiciliar per capita.

Tabela 5 – Participação na massa de renda total dos 40% mais pobre e dos 20% mais ricos por tipo de renda, Brasil e Nordeste, anos selecionados

Tipos de Renda	Brasil						Nordeste					
	% Ren. total dos 40% (-)			% Ren. total dos 20% (+)			% Ren. total dos 40% (-)			% Ren. total dos 20% (+)		
	2003	2013	2015	2003	2013	2015	2003	2013	2015	2003	2013	2015
Trabalho Principal	76,7	72,0	70,6	72,2	75,3	74,0	73,2	61,8	62,5	68,5	70,4	69,9
Todos os Trabalhos	78,0	72,6	71,1	76,2	78,9	77,1	75,8	62,6	63,2	74,3	75,8	74,0
Aposent. Pública	10,9	11,5	12,1	14,7	14,0	15,7	10,0	9,1	9,3	16,9	15,7	17,4
Outras Aposent.	0,1	0,1	0,1	0,5	0,5	0,6	0,0	0,1	0,2	0,5	0,6	0,4
Pensão Pública	4,2	3,7	3,8	3,9	3,6	3,8	3,1	3,0	3,0	4,3	4,2	4,7
Outras Pensões	1,6	1,5	1,6	0,8	0,6	0,6	1,0	1,4	1,6	0,9	0,7	0,7
Doações	1,6	0,5	1,0	0,6	0,2	0,3	3,0	0,9	1,6	0,9	0,2	0,4
Permanência	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Aluguel	0,4	0,2	0,3	2,3	1,7	1,5	0,2	0,2	0,2	1,6	1,7	1,4
Juros e outros	3,2	9,9	9,9	0,9	0,5	0,4	6,9	22,7	20,9	0,6	1,1	1,0
Renda Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Microdados da PNAD/ IBGE (2003-2015); Elaboração própria.

Nota 1: Apenas pessoas com 10 anos ou mais.

Nota 2: Apenas rendimentos positivos em cada rubrica.

Nota 3: Massa de renda = $\sum ip_i \sum kyik$, em que p_i é o peso amostral do indivíduo i e yik é a renda do indivíduo i no componente de renda k .

Nota 4: Valores reais deflacionados pelo INPC com setembro de 2015 = 100.

Para o Brasil, esta categoria tinha uma participação na renda total pessoal de 3,2%, em 2003, passando para 9,9% em 2015. No Nordeste, de uma participação de 6,9%, em 2003, saltou para 20,9% em 2015. Já para os 20% mais ricos, a participação da categoria da renda “juros e outros” na renda total pessoal pouco se altera entre 2003 e 2015, tendo percentuais de participação sempre bastante baixos. Essa última característica pode se associar ao problema de subestimação de renda pela PNAD, sobretudo para os mais ricos, como aponta o trabalho de Barros, Cury e Ulysea (2007), pois as características de baixa participação da fonte de rendimento oriundos da categoria “juros e outros” se verifica para os 1% mais ricos.

A opção por tratar os dados segundo um viés regional evidencia o papel das transferências nas rendas pessoais e, em especial, nas rendas dos mais pobres – que se concentram principalmente (não exclusivamente) na região Nordeste. O diferencial apresentado por essa categoria da renda na estrutura do agregado regional ocorreu em função do dinamismo das políticas sociais. Por essas políticas, um número significativo

de pessoas situados na base da pirâmide social pôde ampliar e diversificar as fontes de rendimento. Por outro lado, o seguimento dos mais ricos com uma estrutura de ganhos mais consolidada, manteve-se sem grandes alterações.

É importante destacar que, em 2015, no Nordeste, a participação da renda de “juros e outros” na renda total para os 40% mais pobre já apresentou um movimento de retração, quando comparado a 2013. Esse comportamento está associado ao decréscimo registrado na renda desta categoria no subperíodo de 2013 a 2015. Estudo de Oliveira (2018) mostra que a média de rendimento auferido pelo indivíduo, oriundos desta categoria da renda, registrou o maior decréscimo no subperíodo (2,9% a.a.). A média de rendimento do trabalho principal decresce 1,2% a.a e o rendimento total (1,8% a.a.). Este estrato populacional, para o agregado nacional, registrou taxa de crescimento para a renda média da categoria “juros e outros” (1,9% a.a.) e decréscimos mais tímidos para as médias de rendimento oriundos do trabalho principal (0,5% a.a.) e da renda pessoal total (0,7%). Dessa forma, o subperíodo em que se inicia a reversão do ciclo econômico já traz perdas reais para a maioria das categorias da renda que compõe a estrutura da renda pessoal dos agentes econômicos. Estas perdas reais para o estrato dos 40% mais pobre se mostrou mais sensível no Nordeste (OLIVEIRA, 2018).

Essas mudanças na composição da renda evidenciam o papel exercido pelos rendimentos do trabalho na melhoria da renda das famílias e também destacam como as transferências feitas pelos programas sociais impactaram na evolução dos rendimentos, especialmente dos mais pobres – que eram, obviamente, o alvo das próprias políticas. A redução da desigualdade, já demonstrada, de forma agregada, tomando-se os rendimentos familiares do período em tela (Figura 3), pode ser mais bem esquadrihada quando tomarmos como referência o exercício acima proposto, qual seja, o de decompor a renda total em suas diversas fontes.

É este o exercício que se apresenta na Tabela 6, a seguir, que revela que, em anos selecionados entre 2003 e 2015, houve redução da desigualdade (medida pelo índice de Gini) em todas as fontes de rendimentos, tomadas isoladamente, tanto no que se refere ao conjunto do Brasil, quanto no que se restringe ao Nordeste. De todo modo, os valores calculados para 2003 e 2015 ainda indicam elevada desigualdade. A separação do índice por fontes de renda permite compreender a estrutura da desigualdade nas diferentes fontes de rendimentos. No Nordeste o Gini da renda do

trabalho principal cai de 0,552 em 2003 para 0,489 em 2015, mas ainda mantém um índice mais elevado de que o Gini Nacional.

Tabela 6 – Índice de Gini por fontes de renda para Brasil e Nordeste, anos selecionados

Tipos de Renda	Gini por tipo de renda							
	Brasil				Nordeste			
	2003	2007	2013	2015	2003	2007	2013	2015
Trabalho Principal	0,547	0,520	0,488	0,479	0,552	0,536	0,511	0,489
Todos os Trabalhos	0,555	0,528	0,496	0,486	0,564	0,547	0,525	0,500
Aposent. Pública	0,484	0,436	0,384	0,377	0,375	0,347	0,288	0,275
Outras Aposent.	0,572	0,546	0,560	0,574	0,632	0,619	0,582	0,520
Pensão Pública	0,432	0,379	0,335	0,322	0,346	0,313	0,265	0,238
Outras Pensões	0,531	0,530	0,517	0,523	0,507	0,546	0,541	0,543
Doações	0,579	0,589	0,566	0,558	0,544	0,575	0,548	0,498
Aluguel	0,579	0,580	0,580	0,529	0,576	0,548	0,655	0,534
Juros e outros	0,732	0,548	0,488	0,492	0,565	0,450	0,437	0,457
Renda Total	0,567	0,535	0,505	0,495	0,571	0,538	0,512	0,487

Fonte: Microdados da PNAD/ IBGE (2003-2015); Elaboração própria.

Nota 1: Apenas pessoas com 10 anos ou mais.

Nota 2: Apenas rendimentos positivos em cada rubrica.

Nota 3: O componente “Abono Permanência” possui poucas observações na base, de modo que o Gini não é representativo, sendo observada nessa análise.

Observa-se também que o componente de Juros e outros é a que apresenta melhor desempenho entre todas as categorias. Isso pode ser associado ao caráter progressivo que assumiu a elevação dos rendimentos nessa categoria, como destacou Hoffmann (2013). No entanto, podemos observar que o movimento de queda no Gini dessa variável volta a se elevar em 2015 (comparar com 2013), para Brasil e para o Nordeste, dando indícios de que a característica de progressividade que assumira a variável no período de expansão das políticas de transferências diretas de renda, ao perderem força no contexto de crise política e econômica, refletem-se sobre o comportamento do Gini, uma vez que rendas de caráter regressivo também são registrados nessa variável, como juros oriundos de rendimentos financeiros auferidos por uma parcela menor da população. Independentemente dessa observação, também se verifica, em um âmbito mais amplo, que, para o conjunto dos rendimentos (independentemente da desagregação por fontes), a queda da desigualdade registrada

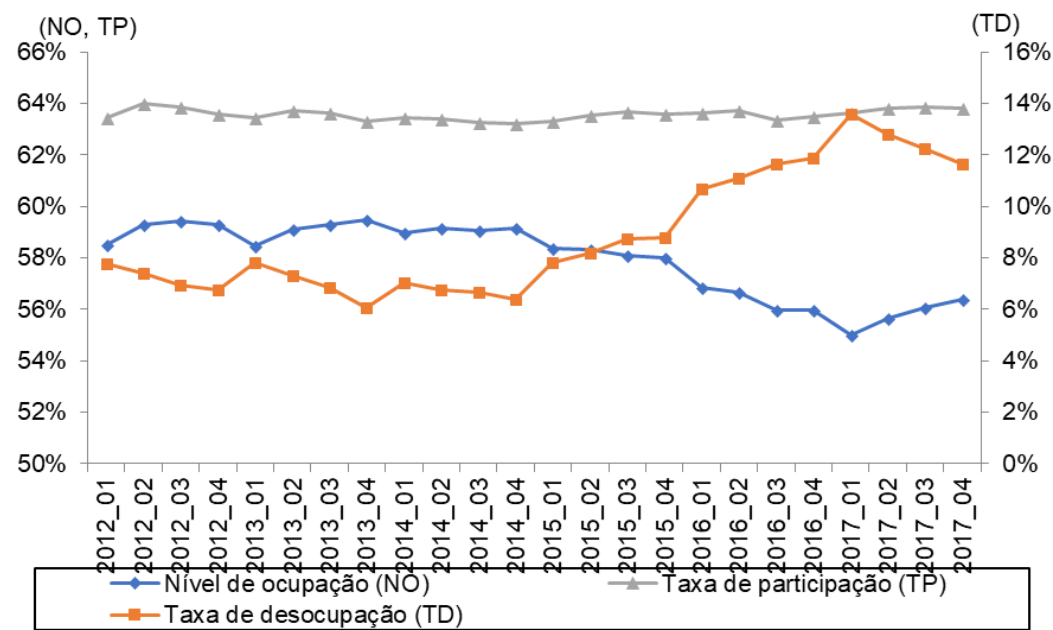
entre 2013 e 2015 foi marginal, contrastando com o que vinha ocorrendo no período 2003/2013.

4. ELEMENTOS DA DETERIORAÇÃO EM CURSO

Esta seção procura descrever, de forma sucinta, a partir de evidência dos dados sobre perfil da ocupação e de desemprego, a deterioração que vem sendo sofrida pelo mercado de trabalho brasileiro desde os meses finais da presidência de Dilma Rousseff e, especialmente, do período em que a agenda de Temer foi aplicada à sociedade brasileira, com o governo que se iniciou em maio de 2016. A fonte de dados utilizada nesta seção é a PNAD Contínua, que, conforme mencionado, permite avaliar os dados mais recentes. Infelizmente, ainda não é possível fazer desagregações como as que foram feitas nas tabelas anteriores, mas as informações já disponíveis das PNADs Contínuas permitem analisar, mesmo que em linhas gerais, a evolução recente do mercado de trabalho.

A Figura 4 mostra a trajetória dos indicadores de ocupação total, desemprego e taxa de participação do mercado de trabalho brasileiro detalhados por trimestres desde o início de 2012 até o quarto trimestre de 2017:

Figura 4 – Taxa de desocupação, nível de ocupação e taxa de atividade, Brasil (2012-2017)



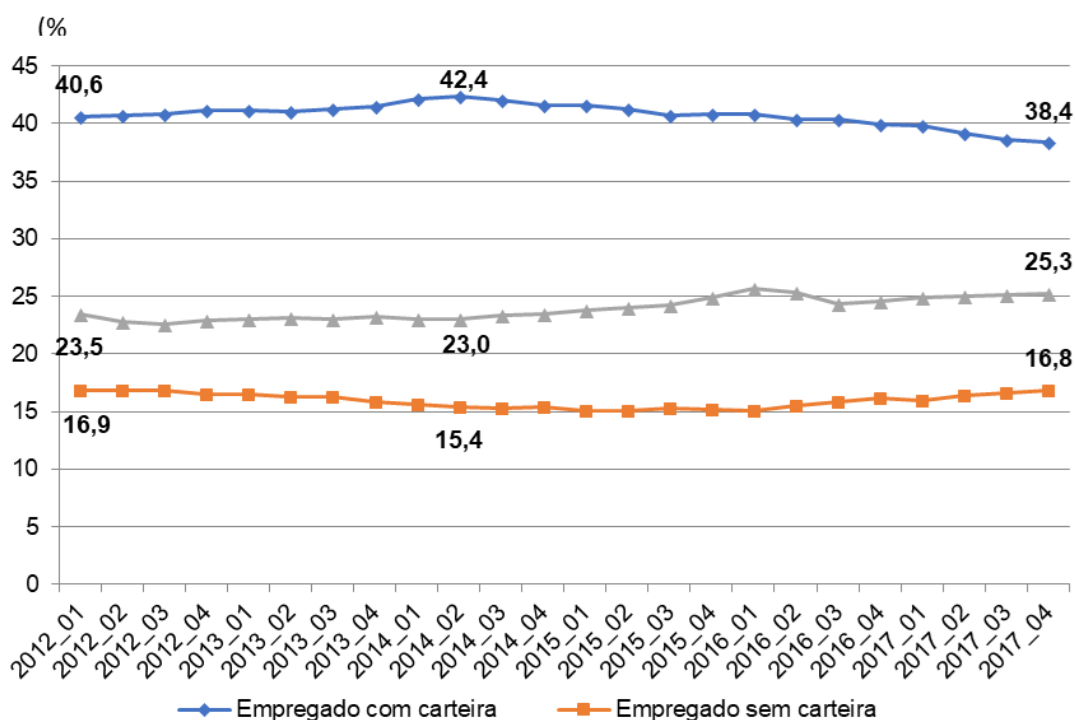
Fonte: PNAD Contínua; Elaboração própria.

Os indicadores revelam que a taxa de participação teve leve queda entre 2012 e o final de 2014, a partir de quando começa a crescer moderadamente, provavelmente por causa da necessidade de mais pessoas entrarem no mercado de trabalho para buscar uma renda que permita sustentar a renda familiar.

Por outro lado, percebe-se que o nível de ocupação, bem como a taxa de desemprego sofreram mudanças significativas, notadamente a partir do último quadrimestre de 2014. A partir de então, a taxa de desemprego mais do que dobrou até atingir o seu ponto mais elevado, no primeiro quadrimestre de 2017, depois do qual revela uma pequena redução, mas ainda em patamar elevado (12% da força de trabalho) que é o dobro do que exibia, por exemplo, no final do terceiro trimestre de 2014, ou seja, antes da instalação da crise política que levaria ao *impeachment* de Dilma Rousseff. No mesmo período, houve queima de cerca de meio milhão de postos de trabalho, enquanto que o número de pessoas desempregadas saltou de 6,5 milhões, no final de 2014, para mais de 12,0 milhões no final de 2017.

Esta expansão da taxa de desemprego ocorreu ao mesmo tempo em que o estoque de ocupados exibiu não apenas uma redução, mas também uma mudança em seu perfil, anotando-se uma ampliação da participação relativa das ocupações informais entre 2012 e o final de 2017, conforme mostram os dados da Figura 5:

Figura 5 – Evolução do perfil da ocupação por posição na ocupação, Brasil (2012-2017)

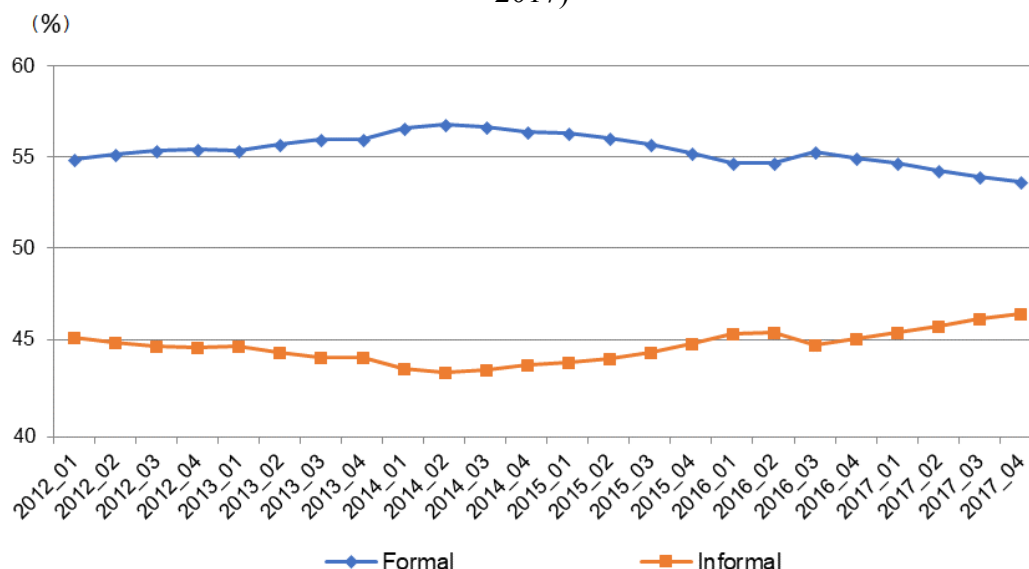


Fonte: PNAD Contínua; Elaboração própria.

A queda expressiva de empregos formais foi acompanhada de uma pequena expansão de assalariados sem carteira. Portanto, percebe-se uma nova trajetória de informalização do mercado de trabalho brasileiro, com os efeitos já conhecidos sobre a estrutura de rendimentos, sobre a estabilidade dos mesmos no âmbito familiar, e também no que tange à perda de direitos trabalhistas, sem contar os impactos danosos para as receitas previdenciárias, devido à redução da base de contribuintes.

Por fim, a Figura 6 sintetiza a evolução da informalidade do mercado de trabalho brasileiro, diante do cenário descrito nesta seção e nas anteriores – aumento do desemprego, a partir de 2013 e, com maior intensidade, a partir de 2015; reversão de elementos de melhoria da desigualdade; geração irrisória de postos de trabalho etc.

Figura 6 – Evolução do grau de formalização do mercado de trabalho brasileiro (2012-2017)



Fonte: PNAD Contínua; Elaboração dos conceitos e do gráfico pelos autores.

Tomando-se como critério de formalidade no mercado de trabalho o total definido pela soma dos empregados com carteira, mais os militares e mais os servidores públicos estatutários, além dos empregadores, situações que denotam maior estabilidade ocupacional, bem como inserção laboral regida pela legislação, o que inclui todos os direitos trabalhistas, pode-se perceber que houve uma rápida deterioração do mercado de trabalho brasileiro neste período abrangido pela PNAD Contínua. A taxa de formalidade caiu de 54,9% do conjunto das ocupações, em janeiro de 2012, para 53,6% em abril de 2017. A informalidade, por contrapartida em relação à definição anterior, compreende a soma dos empregos sem carteira, mais os chamados trabalhadores por

conta própria e também os trabalhadores agrícolas familiares, o que representa um conjunto de situações em que a inserção no mercado de trabalho é precária, tanto no que se refere ao acesso aos direitos sociais e trabalhistas quanto no que se refere aos rendimentos, que são, em média, mais baixos e também menos regulares do que nos casos de pessoas com inserção formal no espaço ocupacional. A participação destas situações de precariedade, somadas, subiu de 45,9% para 46,4% no período em tela (Figura 6).

5. CONCLUSÕES

Os dados apresentados neste artigo revelam que as melhorias sentidas no mercado de trabalho, no período 2003-2013 estão sendo revertidas de maneira bastante rápida. O desmonte das políticas sociais, ao lado das chamadas “reformas”, especialmente a trabalhista¹⁹, em contexto de recessão econômica profunda e dificuldade de enfrentamento político, por parte dos partidos de oposição ao presidente empossado e por parte dos movimentos sociais, impactaram de maneira evidente nos indicadores mais tradicionais do mercado de trabalho.

A perda de dinamismo na geração de postos de trabalho – que havia sido uma marca do período anterior (especialmente sob o mandato do presidente Lula) – logo veio acompanhada de uma trajetória ascensional da taxa de desemprego. A queda do desemprego que havia caracterizado os anos de Lula e do primeiro mandato de Dilma também foi favorecida pela redução da taxa de participação, notadamente dos mais jovens. A explicação para esta redução da taxa de participação (percentual da PIA que se coloca no mercado de trabalho, ou seja, que se torna de fato população economicamente ativa) é complexa, mas em grande medida está relacionada ao retardamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho, situação que foi viabilizada pelos programas educacionais colocados em prática pelo governo federal, conforme mencionamos aqui. Ademais, a ampliação do salário mínimo e dos salários em geral, bem como do emprego (especialmente o formal) permitiu que a renda familiar tivesse uma trajetória ascendente, notadamente entre 2003 e 2013, o que tornava menos urgente a inserção do jovem adulto e dos adolescentes no mercado de trabalho. Da mesma maneira, os valores transferidos pelos programas do governo federal viabilizaram este

¹⁹ Ver Mattos (2016).

cenário, por também impulsionarem a renda familiar (basta verificar a evolução dos valores reais de pensões e aposentadorias públicas, conforme foi mostrado aqui).

Todos estes elementos, porém, estão retrocedendo rapidamente a partir do final de 2014 – tendo sido intensificados após a deposição de Dilma Rousseff. A restrição de bolsas de estudos, de financiamentos para a educação de nível superior, de vagas nas escolas técnicas, bem como o desmonte de políticas de defesa de renda, além do virtual “congelamento” do valor real do salário mínimo (com impacto não apenas nos rendimentos da base do mercado de trabalho, mas também nos valores reais das transferências, como o BPC e as pensões e aposentadorias públicas), revertem de forma imediata o cenário que permitia a postergação da entrada do jovem no mercado de trabalho. Conta para este cenário lamentável a recessão que provoca aumento do número de desempregados, tornando novamente urgente – conforme demonstra o histórico de outras recessões ocorridas na economia brasileira – a entrada (mesmo que precoce) do jovem no mercado de trabalho.

Estes movimentos “reformistas” do governo Temer, o que inclui também diversos outros fatores, como a política de preços da Petrobrás (nociva aos mais pobres, quer seja no que se refere aos combustíveis para o transporte, quer seja no caso do gás de cozinha, por exemplo), que somente favorece aos grandes acionistas ou às empresas petroleiras internacionais, acabam se auto reforçando, no sentido de reduzir a renda dos mais pobres e da classe média, e promovendo o esvaziamento do mercado interno, que sempre será um fator importante de demanda agregada em um país continental e de enormes desigualdades regionais como o Brasil.

O exercício feito neste artigo, de avaliar a evolução dos rendimentos segundo as diferentes fontes de renda e segundo um recorte regional (escolhendo, não por acaso, a região que concentra a maior quantidade de população social e economicamente vulnerável do país) teve por objetivo explicitar a importância que as políticas públicas (o que inclui a política de valorização real do salário mínimo) têm na sustentação da renda das famílias e no enfrentamento da questão da pobreza.

Os alegados objetivos – sempre presentes nos discursos e narrativas vomitados pelos economistas que têm voz na grande mídia nacional há décadas – das políticas liberais de reduzir direitos sociais para então, logo a seguir, promover o benfazejo aumento do emprego, mostram-se inequivocamente enganosos. Não é o que se tem visto. Os dados mostram – e a série já não é tão curta a ponto de comportar a

benevolência de alguns setores da sociedade que ainda pudessem imaginar que as promessas liberais estariam por vir. A mera comparação de algumas estatísticas de 2015 às de 2013 já revelavam a reversão, para não falarmos do que dizem os dados já disponíveis referentes a 2017.

O que parece mesmo ter ocorrido é que a política econômica adotada teve por objetivo (obviamente não declarado) quebrar o poder de barganha dos trabalhadores (sindicalizados ou não), o qual vinha sendo reforçado pelo cenário de quase pleno emprego²⁰ que caracterizou a economia brasileira até 2014. Este cenário econômico, aliado ao cenário político – de resto, fortemente influenciado pela postura da justiça brasileira – evidenciam a urgência da luta pela Democracia e pelos preceitos da Carta Constitucional promulgada em 1988.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. **Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil**. Texto para Discussão IPEA 2036. Brasília (DF): IPEA, fev. 2015.

BALTAR, P.E.A. *et al.* **Trabalho no Governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira**. Global Labour University Working Papers, n. 9, 2010.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. In: *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 36, n.º. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015.

BARROS, R. P.; CURY, S.; ULYSSEA, G. **A desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada?** Uma análise comparativa com base na PNAD, na POF e nas contas nacionais. Textos para Discussão, IPEA. TD n.º 1263, 2007. Disponível em: <repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1917>. Acesso em: 20 jun. 2018.

COHN, Amélia. O PBF e seu potencial como política de Estado. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Orgs.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. v. 2 Brasília: IPEA, 2010.

HALLAK NETO, João. **A distribuição funcional da renda e a economia não observada no âmbito do Sistema de Contas Nacionais do Brasil**. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2013.

HALLAK NETO, J.; SABOIA, J. Distribuição funcional da renda no Brasil: análise dos resultados recentes e estimação da conta da renda. In: **Economia Aplicada**, v. 18, n. 3, 2014, pp. 483-513.

²⁰ Para a discussão acerca da existência ou não de pleno emprego na economia brasileira, ver: Mattos e Lima (2013).

HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de Renda e Desigualdade, Brasil, 1995-2011. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA. 2013, p. 207-216.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**. 2015. Disponível em: <ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita_2014/Renda_domiciliar_per_capita_2014.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

MATTOS, Fernando A. Mansor. O debate sobre distribuição de renda ao longo do processo de desenvolvimento econômico do Brasil. In: **Revista da ABET**, v. 16; n. 1; jan-jun 2017.

_____. As “reformas” trabalhistas do governo interino da ponte para o “futuro”. **Texto para Discussão 020/2016. NECAT (Núcleo de Estudos de Economia Catarinense)**.

_____. Concentração da renda, da riqueza e do tempo livre no capitalismo contemporâneo. In: MOREIRA, I. T.; OLIVEIRA, R.V. (Org.). **Cenários da crise e do trabalho no Brasil**. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, v. 1, 2012.

_____. Aspectos históricos e metodológicos da evolução recente do perfil distributivo brasileiro. In: **São Paulo em Perspectiva**, v.19, n.2, abril-junho de 2005. Fundação SEADE.

MATTOS, F. A. M.; LIMA, S. S. Apontamentos para o debate sobre o pleno emprego no Brasil. In: **Economia e Sociedade**, v. 24, n. 2, Campinas/SP, jun-dez, 2015, p. 293-328.

OLIVEIRA, Flaviana Candido. **Tendências e evidências sobre o desenvolvimento econômico do Nordeste: uma análise sobre indicadores setoriais, emprego e renda para o período de 2003 a 2015**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói/RJ, 2018.

VIEIRA, Danilo Jorge. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? In MONTEIRO NETO, A.; BRANDÃO, C. A.; CASTRO, C. N. (Orgs.) **Desenvolvimento regional do Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017, p. 277-330.